

28/02/2012

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 108.927 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. JOAQUIM BARBOSA</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: MARCO ANTONIO QUERUBIN FOURNIER</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**EMENTA: *Habeas Corpus*. Crimes de menor potencial ofensivo. Suspensão condicional do processo. Art. 89, § 2º, da Lei nº 9.099/1995. Condições facultativas impostas pelo juiz. Doação de cestas básicas. Possibilidade. Precedentes. Ordem denegada.**

Os crimes investigados são daqueles que admitem a suspensão condicional do processo mediante o cumprimento dos requisitos estabelecidos para a concessão do benefício.

O §2º do art. 89 da Lei nº 9.099/95 faculta ao juiz da causa “especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado”.

Nesse ponto, a doação de cestas básicas não caracteriza a espécie de pena restritiva de direito prevista no inc. I do art. 43 do Código Penal, atinge à finalidade da suspensão do processo e confere rápida solução ao litígio, atendendo melhor aos fins do procedimento criminal.

**Ordem denegada.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

**Ministro JOAQUIM BARBOSA**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

28/02/2012

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 108.927 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. JOAQUIM BARBOSA</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: MARCO ANTONIO QUERUBIN FOURNIER</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR):** Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado em favor de MARCO ANTÔNIO QUERUBIN FOURNIER, contra acórdão proferido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.202.771/RS.

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática dos delitos previstos nos arts. 305 e 309 da Lei nº 9.503/97.

O Ministério Público propôs a suspensão condicional do processo, por dois anos, “*mediante o cumprimento das condições fixadas no art. 89 da Lei nº 9.099/95 e doação de duas cestas básicas à entidade beneficente a ser definida pelo Juízo*” (fls. 28, instrução 4).

Intimada para se manifestar sobre a proposta de suspensão condicional do processo, a defesa do ora paciente informou que tinha interesse em aceitar a proposta, requerendo, todavia, fosse afastada a necessidade de doação das duas cestas básicas, sob a alegação de ilegalidade de tal condição e da inexistência de qualquer dano a ser reparado.

O Juízo de origem indeferiu o pedido ao fundamento de que a condição imposta se mostrava adequada ao caso, possuía previsão no §2º do art. 89 da Lei nº 9.099/95 e que a aceitação, ou não, da proposta é matéria de deliberação do acusado, não cabendo a ele impugnar as condições oferecidas.

Contra essa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no qual reiterava o pedido de

**HC 108.927 / RS**

afastamento da condição relativa à doação de duas cestas básicas. A ordem foi concedida para excluir a referida condição.

Em seguida, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul interpôs recurso especial, ao qual foi dado provimento para restabelecer a condição em apreço.

Sobreveio, então, o presente *habeas corpus*, no qual se alega que a condição inerente à doação de duas cestas básicas constitui verdadeira imposição de prestação pecuniária, que seria uma espécie de pena restritiva de direito incompatível com o instituto da suspensão condicional do processo.

Sustenta-se, ainda, que “o ‘sursis’ processual é um instituto no qual inexistente o curso normal do processo e por esse motivo, não admite a aplicação de medidas as quais possuem previsão legal como sanção penal, além disso, apesar de o supramencionado dispositivo autorizar a fixação de outras condições, desde que adequadas ao caso e à situação pessoal do réu, não é conferido ao membro do ‘Parquet’ a discricionariedade de propor penas ao acusado para que assim se proceda à suspensão condicional do processo” (fls. 04 da petição inicial).

A impetrante requer a concessão da ordem para excluir a condição referente à doação de duas cestas básicas da proposta de suspensão condicional do processo oferecida ao ora paciente.

O pedido de medida liminar foi indeferido pelo Min. Celso de Mello e o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

28/02/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.927 RIO GRANDE DO SUL

## VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Oferecida a denúncia e proposta a suspensão condicional do processo pelo Ministério Público, nos termos do art. 89 da Lei nº 9.099/95, é facultado ao juiz da causa *“especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado”* (em seu art. 89, § 2º, da Lei nº 9.099/95).

Ao meu sentir, o fato de o inciso I do art. 43 do Código Penal prever a prestação pecuniária como espécie de pena restritiva de direito não impede, de *per se*, o julgador de determinar a doação de cestas básicas como condição para a suspensão do processo.

Isto porque o próprio ordenamento normativo penal prevê situações em que determinada hipótese pode configurar, em certa ocasião, condição para suspensão do processo e, em outra, pena restritiva de direito, como ocorre, por exemplo, com a proibição de frequentar determinados lugares, prevista tanto no art. 89, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.099/95 (condição para a *sursis* processual), como no art. 47, inc. IV, do Código Penal (modalidade de pena restritiva de direitos).

Ademais, são evidentes ao menos duas distinções entre a condição imposta ao paciente para a suspensão processual e uma pena restritiva de direito.

A condição para o *sursis* processual **faculta** ao acusado que a aceite ou não, e, na hipótese de sua rejeição, a consequência será o prosseguimento da ação penal (art. 89, § 7º, da Lei nº 9.099/95). Por outro lado, a prestação pecuniária como pena restritiva de direito é uma imposição, não cabendo ao réu aceitá-la ou não, sendo que no caso de descumprimento injustificado a consequência será sua conversão em pena privativa de liberdade (art. 44, §4º, do Código Penal).

No mesmo sentido dos fundamentos até então deduzidos, destaco o seguinte julgado desta Segunda Turma:

**HC 108.927 / RS**

*“Habeas Corpus. 2. Suspensão condicional do processo. Art. 89, § 2º, da Lei 9.099/1995. 3. **Condições facultativas impostas pelo juiz. Prestação pecuniária. Possibilidade.** 4. Precedente: INQ. 2721, rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, decisão unânime, DJe 29.10.2009. 5. Ordem denegada”* (HC 108.103/RS, rel. min. Gilmar Mendes, DJe nº 231, publicado em 06.12.2011).

Nesse contexto, entendo que a exigência do pagamento de cestas básicas em benefício de uma entidade filantrópica não pode ser interpretada de forma inflexível como sinônimo de imposição de pena restritiva de direito. Ao contrário, mostra-se satisfatoriamente como condição para suspensão do processo, uma vez que compatível com a situação pessoal do acusado e adequada aos fatos típicos praticados, sobretudo em decorrência do interesse, mesmo que mediato, da coletividade colocada em risco quando do cometimento dos ilícitos imputados ao ora paciente (*“dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir” e “afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída”*).

Por essas razões, **voto pela denegação da ordem.**

**28/02/2012**

**SEGUNDA TURMA**

**HABEAS CORPUS 108.927 RIO GRANDE DO SUL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhor Presidente, também acompanho o eminente Relator, entendendo que se trata de uma condição que está sob a discricionariedade do Magistrado.

28/02/2012

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 108.927 RIO GRANDE DO SUL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE)** - O fato de a condição agora discutida focadamente traduzir-se em prestação pecuniária, em compulsória, nem por isso implica antecipação de pena: deixa de ser uma prestação social alternativa. Aliás, o acórdão deixou bem claro que não se tratava de punição antecipada.

E quanto à imposição em si da condição do **sursis** processual, sem dúvida que se reveste dos atributos da razoabilidade e da proporcionalidade, disse-o bem o Ministro Joaquim, atento às condições pessoais, patrimoniais do favorecido com esse **sursis** processual penal.

Eu também acompanho Sua Excelência.

\*\*\*\*\*

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 108.927**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

PACTE.(S) : MARCO ANTONIO QUERUBIN FOURNIER

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** *habeas corpus* denegado, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 28.02.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Karima Batista Kassab  
Coordenadora